

MEC estuda novo critério

O ministro da Educação, Carlos Sant'Anna informou ontem que o governo já está concluindo o estudo com o novo índice para reajuste das mensalidades a ser adotado por todas as 35 mil escolas particulares a partir do próximo ano. A intenção do governo (Ministérios da Educação e Fazenda) é fixar valor das mensalidades, a ser definido pelas próprias escolas com o aval dos conselhos estaduais de Educação, e que valerá para todo o ano. "Assim no início do ano letivo o aluno já saberá o valor a ser pago no último mês, acrescido da inflação do mês", explica Sant'Anna.

Além do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), o governo pretende também repassar ao aluno todas as despesas que representem ga-

nho real dos funcionários e professores, na época de dissídio.

O pedido de revogação da liminar que suspende o sistema "liberdade vigiada", está na Procuradoria Geral da República, esperando o parecer da procuradora Delsa Curvello Rocha. A procuradora tem o prazo de até quinta-feira para concluir sua análise e encaminhar o processo ao presidente do Tribunal Regional Federal, Alberto Vieira da Silva, que irá decidir se suspende ou mantém a liminar. Se o presidente do TRF decidir pela manutenção, a liminar continuará valendo até o julgamento do mérito, que pode sair no próximo ano. Caso contrário, estará valendo a Portaria 140, o Ministério da Fazenda e que cria a "liberdade vigiada".